



LEITURAS, CONEXÕES E CONTRADIÇÕES DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: PERÍODO BOLSONARO (2019-2022)

Rômulo Luiz Silva Panta
Universidade Federal da Paraíba

Ivan Targino Moreira
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este artigo é uma continuação do artigo intitulado: Leituras, conexões e contradições da Reforma Agrária brasileira, publicado na Revista OKARA, v. 16, número 2, páginas 383-470, ano 2022. Neste artigo, retomamos os estudos dos fluxos e refluxos dos processos que envolve a Reforma Agrária brasileira durante o mandato de Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL), que compreende os anos de 2019 a 2022. O objetivo deste trabalho é analisar os contextos políticos/econômicos, as conexões, os conflitos de interesses que se expressam no Brasil no que se refere a temática agrária e do Programa da Reforma Agrária brasileira no período Bolsonaro, fazendo uma análise comparativa dos últimos 25 (vinte e cinco) anos, e dos 05 (cinco) últimos mandatários do executivo federal. O período Bolsonaro foi marcado como um dos mais difíceis vividos pelos movimentos sociais, pelos camponeses, pelos povos originários e para as pessoas que defendem uma sociedade mais igualitária e mais justa. Programa de Reforma Agrária, como política de Estado, esta esteve na mira do governo Bolsonaro desde o período de campanha. As ações violentas de suas falas sobre os movimentos sociais, sobre os assentados e sobre as pessoas que lutam por terra se materializaram em suas ações políticas. O governo Bolsonaro foi o que menos criou assentamentos rurais da Reforma Agrária, somente 49 (quarenta) no país inteiro e apenas 02 (dois), no Estado da Paraíba. Durante o período Bolsonaro só foi incorporado 340 mil hectares ao Programa de Reforma Agrária. Foi o governo que menos investiu e incorporou terras improdutivas e devedoras ao Programa de Reforma Agrária. Metodologicamente, o trabalho em tela, procurou capturar informações e dados sobre as questões agrárias, políticas e programas, bem como ler as tensões e digressões existentes durante o período Bolsonaro. Para tanto, tivemos que procurar diversas linhas de pesquisas: a) bibliográficas: em artigos, Leis, pesquisas, entrevistas, relatórios e investigações jornalísticas; b) documentais; c) estatísticas, e por fim, como procedimento metodológico realizamos uma checagem e análise comparativa das informações. Vale ressaltar, que as informações do período Bolsonaro ainda estão em processo de divulgação. Como recorte territorial mais específico, elegemos o Estado da Paraíba, no intuito de

fazermos uma comparação empírica dos processos e contextos que ocorrem no cenário nacional e seu alcance local.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Contradições; Período Bolsonaro.

Readings, connections and contradictions of Brazilian Agrarian Reform: Bolsonaro period (2019-2022)

ABSTRACT

This article is a continuation of the article entitled: Readings, connections and contradictions of Brazilian Agrarian Reform, published in Revista OKARA, v. 16, number 2, pages 383-470, year 2022. In this article, we resume studies of the ebbs and flows of the processes involving Brazilian Agrarian Reform during the mandate of Jair Bolsonaro of the Liberal Party (PL), which covers the years 2019 to 2022. The objective of this work is to analyze the political/economic contexts, connections, conflicts of interests that are expressed in Brazil with regard to agrarian issues and the Brazilian Agrarian Reform Program during the Bolsonaro period, making a comparative analysis of the last 25 (twenty-five) years, and the last 05 (five) representatives of the federal executive. The Bolsonaro period was marked as one of the most difficult experienced by social movements, peasants, indigenous peoples and people who defend a more egalitarian and fair society. Agrarian Reform Program, as a State policy, has been in the Bolsonaro government's sights since the campaign period. The violent actions of his speeches about social movements, about settlers and about people fighting for land materialized in his political actions. The Bolsonaro government was the one that created the fewest rural settlements under Agrarian Reform, only 49 (forty) in the entire country and only 02 (two) in the State of Paraíba. During the Bolsonaro period, only 340 thousand hectares were incorporated into the Agrarian Reform Program. It was the government that invested the least and incorporated unproductive and debt lands into the Agrarian Reform Program. Methodologically, the work on screen sought to capture information and data on agrarian issues, policies and programs, as well as reading the tensions and digressions that existed during the Bolsonaro period. To do so, we had to look for different lines of research: a) bibliographic: in articles, Laws, research, interviews, reports and journalistic investigations; b) documentary; c) statistics, and finally, as a methodological procedure, we carried out a check and comparative analysis of the information. It is worth mentioning that information from the Bolsonaro period is still in the process of being released. As a more specific territorial section, we chose the State of Paraíba, to make an empirical comparison of the processes and contexts that occur on the national scene and their local reach.

Keywords: Agrarian Reform; Contradictions; Bolsonaro period.

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma continuação do artigo intitulado: *Leituras, conexões e contradições da Reforma Agrária brasileira*, publicado na Revista OKARA, v. 16, número 2, páginas 383-470, ano 2022. O artigo supracitado discute o processo de construção das políticas e do programa de Reforma Agrária a partir da segunda metade da década de 1980, fazendo o percurso temporal até o fim do primeiro ciclo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016) e início do governo Temer (2016-2018).

Neste artigo, retomamos os estudos dos fluxos e refluxos dos processos que envolve a Reforma Agrária brasileira durante o mandato de Jair Bolsonaro Partido Liberal (PL), que compreende os anos de 2019 a 2022. Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar os contextos políticos/econômicos, as conexões, os conflitos de interesses que se expressam no Brasil no que se refere a temática agrária e do Programa da Reforma Agrária brasileira do período Bolsonaro, fazendo uma análise comparativa dos últimos 25 (vinte e cinco) anos e dos 05 (cinco) últimos períodos dos mandatários do executivo federal.

Municiado por uma agenda conservadora e ultraliberal, o período Bolsonaro combinou uma violenta ação ideológica a um processo de ampliação do capital para limitar e destruir a política agrária que existia no país. Verificamos durante o período um processo de reconversão/aniquiração da estrutura de programas de base social para a pequena agricultura, e o processo de afixamento do Programa de Reforma Agrária Brasileira. Tal postura sinalizou um claro processo de desmonte do Estado e drenagem de sua estrutura social em atendimento aos interesses da acumulação capitalista e de setores patronais que sustentaram a base do governo Bolsonaro, em desfavor da população mais pobre do Brasil.

O trabalho foi construído entre o período de novembro de 2022 a julho de 2024. Cabe aqui colocar, a dificuldade, ainda existente, em garimpar dados durante o período do mandato de Bolsonaro, no que se refere a política agrária e dos programas, valores aplicados/retirados para questões fundiárias existentes no país. As informações não foram alimentadas durante o curso do período pelos órgãos oficiais, como forma a imprimir uma enganosa normalidade sobre as contradições e conflitos que envolvem a temática fundiária. Somente em 2024, que as instituições começaram a divulgar informações mais precisas sobre o período Bolsonaro.

Assim, o esforço metodológico do trabalho em tela se orientou em capturar informações e dados sobre as questões agrárias, políticas e programas, bem como ler as tensões e digressões existentes durante o período Bolsonaro. Para tanto, tivemos que procurar diversas linhas de pesquisas: a) bibliográficas: em artigos, Leis, pesquisas, entrevistas, relatórios e investigações jornalísticas; b) documentais; c) estatísticas, e, por fim, como procedimento metodológico realizamos uma checagem e análise comparativa das informações, que vale ressaltar, ainda estão em processo de divulgação. Como recorte territorial mais específico, elegemos o

Estado da Paraíba, no intuito de fazermos uma comparação empírica dos processos e contextos que ocorrem no cenário nacional e seu alcance local.

Contradições na política agrária no período Bolsonaro e o ultraliberalismo

A vitória nas eleições, em 2018, de Jair Bolsonaro, ampliou o processo ultraliberalista¹ no Estado brasileiro e o acirramento das contradições capital versus trabalho. A engrenagem política do seu mandato foi construída sob a narrativa de que para a manutenção das classes produtivas do capital industrial, financeiro, agrícola, o Estado social representa um empecilho a ser superado, assim como os direitos e garantias da classe trabalhadora. Desta forma, os programas sociais e a política agrária do país foram alvo de ataques sistêmicos na tentativa de aniquilação.

Foi voga nas falas de Bolsonaro, e do seu então Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, os projetos de privatização e a análise relativa dos programas sociais, agrários e os direitos sociais e trabalhistas tornava-se um peso para o Estado e para a classe patronal e para o crescimento do país. Já em 2019, em seu primeiro ano de mandato, em uma entrevista a Band Jornalismo, sobre a votação da Reforma da Previdência, Bolsonaro já sinalizava que: *“a população precisava fazer uma escolha: ou todos os direitos e menos empregos, ou menos direitos e mais empregos”*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mcX8DtHGTv4> .

No discurso Bolsonaro deixa claro que era muito difícil desenvolver um país, onde o Estado garantisse todos os direitos e programas sociais. Em seu julgamento, isso dificultava a capacidade do capital gerar empregos. Este discurso já dava a toada de para quem Bolsonaro governava, a quem ele servia.

No mesmo caminho, em entrevista para o Correio Braziliense em dezembro de 2021, Paulo Guedes alardeava preocupações sobre o tamanho do Estado, em sua fala *“O Estado Brasileiro não pode ser rico, não pode atender a todo mundo como cada um quer”*. (Disponível em: www.blogs.correiobraziliense.com.br. Contudo, as intenções sobre o Estado eram de drena-lo aos interesses do mercado e da acumulação capitalista.

Sempre haverá uma disputa pelo Estado, pelo mercado, pela sociedade em qualquer modelo de governo. Entretanto, quando o Estado social perde espaço, este é ocupado pelo mercado. O Estado brasileiro, não especificamente, se posiciona como uma instância clara de poder, de um poder quase criador, ordenar econômico, conformador de jurisprudência, e sempre trabalha em benefício da classe, que ele, o Estado, está ocupado. Neste sentido, diminuir o Estado para os que dele precisam, ao passo que direciona o mesmo aos interesses reprodutivos da acumulação do capital, em seus mais diversos ramos, foi a missão obcecada durante todo mandato de Bolsonaro. Ou seja, a organização de um Estado máximo para o empresariado, para o agro, para os bancos, e um Estado de inanição para o povo.

Dentro desta ceara, o arranjo, Estado-capital, atingiu os programas e políticas agrários e se debruçou a amplificação dos interesses do capital agrícola, como por exemplos: a) a aproximação do Agronegócio com o capital financeiro e dos *lobbys* das empresas de agrotóxicos (com liberação, modificação/supressão da política ambiental), b) interesses fundiários dos latifundiários (com ampliação das queimadas, desmatamentos, invasões em reservas naturais), c) ampliação dos interesses ultraconservadores como a indústria armamentista (com interferência direta na legislação e amparo legalista com autorização de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)), que rebateram na luta por terra; d) flexibilização da política de controle e proteção ambiental, e) ajuste ideológico com perseguições e tentativa de criminalização dos movimentos sociais, e, f) o processo de asfixia dos programas e políticas de cunho social, entre eles: a Reforma Agrária. Neste último aspecto, estiveram na mira, além da PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária), a Assistência técnica, e os programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (ANDES, 2019).

Sinalizamos que com a montagem desta estrutura ultraliberal, que ressoou no setor agrícola já estava sendo preparada durante o período Temer (2016-2018). Durante o período Temer, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, ou Emenda do Teto de Gastos Públicos, foi o instrumento fulcral de uma política de austeridade, utilizada para justificar as mudanças na estrutura e na condução do Estado. O Teto de Gastos deu suporte a miopia ideológica de um Estado ultraliberal, que foi abraçado ainda mais durante o período Bolsonaro.

Caracterizada por limitar, por 20 (vinte) anos, investimentos do Estado em áreas como saúde, educação, ciência-tecnologia, assistência social, entre outras áreas de igual importância. Tal medida, na verdade, significa a redução de gastos com a população, e um processo de drenagem e entrega das áreas afetadas ao capital privado, reafirmando os interesses e ocupação de setores do capital em espaços que seriam deixados vazios pelo Estado. Era discurso corrente do então Ministro da Economia, Paulo Guedes: *“nosso objetivo é privatizar todo o Estado brasileiro”* (CASTILHO, LEMOS, 2021).

O Teto de Gastos serviu com ponto basilar para o afixamento de programas, políticas e investimentos para a população que mais precisa da atuação de um Estado social. Tomamos por exemplo o vertiginoso processo de aniquilação de programas e políticas já consolidadas no país, a exemplo do PAA, que foram “tratorados”ⁱⁱ no mandato de Bolsonaro.

Todo esforço de engessar o Estado, aos moldes das políticas ultraliberaes, o deixou ainda mais aparelhado aos interesses da reprodução do capital, aqui em evidência - o Agro, setor historicamente beneficiado e amplamente favorecido no último mandato. Ao passo que a agenda ultraliberal se ampliava, ampliavam-se também os ataques aos movimentos socioterritoriais e a povos originários, que compõem a pequena produção agrícola.

Bolsonaro, já em primeiro dia de mandato, publica medida provisória nº 870, de 1º de 2019, que transferiu o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que pertencia a gestão da Casa Civil para a gerência do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) capitaneado pela “musa do veneno”, a ministra do agrotóxicoⁱⁱⁱ, representante dos ruralistas, a deputada do Democratas (DEM), Teresa Cristina. Para secretaria Especial de Assuntos Fundiários nomeou um inimigo histórico dos movimentos sociais do campo, o ruralista Nabhan Garcia, que por anos comandou a União Democrática Ruralista (UDR). Acesso: www.folha.uol.com.br.

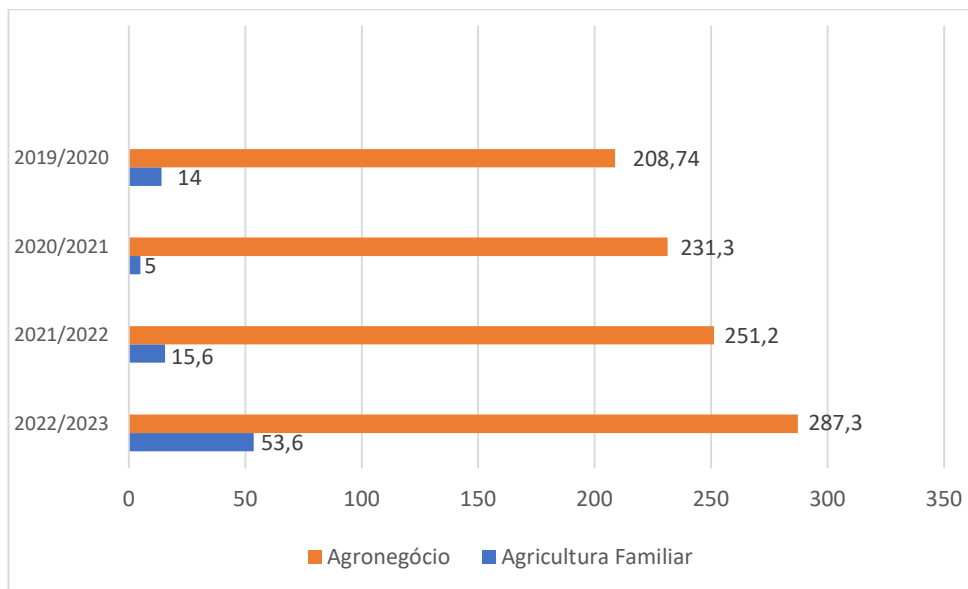
Segundo levantamento da Fiocruz (2022), as medidas adotadas com a liberação desenfreada dos agrotóxicos no Brasil, geraram um lucro de US\$ 7,3 bilhões de dólares para seis maiores multinacionais dos agrotóxicos, a saber:

As seis maiores empresas - Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta - controlam hoje 66% do mercado mundial. E, no Brasil, as dez maiores empresas foram responsáveis por 75% da venda nacional de agrotóxicos na última safra. As gigantes do setor estão comprando as empresas menores, tanto de agrotóxicos, quanto de sementes, formando monopólios e oligopólios. Os dados foram apresentados no 2º Seminário Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (Fiocruz, 2022).

Em contrapartida ao atendimento das necessidades do Agro, o processo de ataque a pequena agricultura se deu por ações diretas e concretas do Estado na supressão de direitos e recursos. Tomamos como base, os dados dos Planos Safras entre os anos de 2019-2022. Durante os últimos quartos anos verificamos a ampliação do hiato existente entre a pequena agricultura, a agricultura familiar e o Agronegócio no que concerne a canalização de recursos e créditos, como podemos ver a partir de uma análise comparativa dos dados dos Planos Safra, no decorrer dos anos. Ver Figura 1.

Entre os planos safras 2019/2020 e 2020/2021, logo nos primeiros anos de mandato de Bolsonaro, os recursos destinados a agricultura familiar, contratados pelo PORNAF, que já eram incomparavelmente inferiores aos do Agronegócio, tiveram a pior queda, saindo de 14 bilhões em 2019 para 5 bilhões em 2020, retroagindo a patamares dos anos de 2003, enquanto os recursos para agronegócio tiveram acréscimo na ordem de 23 bilhões. O agronegócio teve um aumento na disposição de recursos durante o mandato Bolsonaro na ordem de 27%, perfazendo um crescimento de 78,56 bilhões. Compreendemos que o crescimento no último Plano de 15,6 bilhões (2021/2022) para 53,6 (2022/2023), para a pequena agricultura, se deu por motivações políticas, visto ano eleitoral decorrido em 2022.

Figura 1. Brasil- recursos do crédito agropecuário dos Planos Safras 2019/2023, em bilhões



Fonte: MAPA (2019-2023). Elaboração: Rômulo Panta, 2024

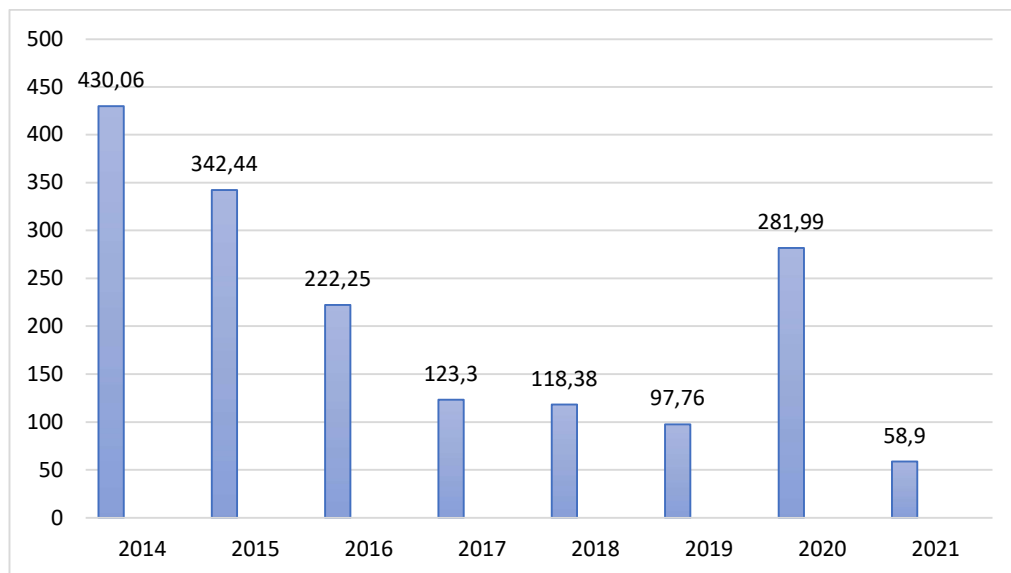
Em análise ao volume de recursos destinados entre as distintas estruturas produtivas, podemos perceber o beneficiamento direto do agro ao passo que a pequena agricultura familiar sofria com a escassez de recursos, ora drenados para a grande agricultura, sobre o pretexto da eficiência majorada do setor. Contudo, realçamos que o nível de eficiência, do ponto de vista capitalista, com recordes em *superávit* na balança comercial, do agronegócio brasileiro se dá justamente pelo processo de intervenção do Estado no setor.

Historicamente beneficiado com subsídios, o agro, se mantém na dianteira dado o grande volume de subsídios destinados ao setor. No último plano safra 2022/2023, conforme base de dados do Programa de Seguro Rural (PSR), do MAPA, os índices de recursos com subvenção^{iv} variam em 20% para soja e 40% para os demais grãos, café, cana-de-açúcar, pecuária e aquicultura, sendo reservados no último plano safra, R\$ 60 milhões de reais, exclusivamente para os grãos. Disponível em : <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

Sobre os programas sociais para a pequena agricultura familiar camponesa, privilegiamos aqui as análises sobre as mudanças ocorridas no PAA. O PAA se consolidou no país como uma política de grande impacto social e um importante canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa, desde 2003, garantindo renda para os fornecedores (pequenos agricultores familiares) e alimentos para os que necessitavam. Entretanto, durante o período Bolsonaro, o programa passou por um vertiginoso processo de afixamento.

Trazemos os dados de aplicação dos recursos destinados ao PAA, analisando os valores aplicados de 2014 a 2021, pois em 2021 o programa foi substituído pelo programa Alimenta Brasil. Ver gráfico 02:

Figura 2. Valores aplicados no PAA 2014-2021



Fonte: Ministério da Cidadania, 2022. Adaptado: Rômulo Panta, 2024.

A queda nos valores destinados ao PAA ocorreu logo no início do mandato Bolsonaro, onde o programa teve diminuição de 20,6 milhões de reais, saindo de 118,3 em 2018, para 97,76, em 2019. No ano de 2020, motivados por mobilização popular, os parlamentares de mais diversas bases solicitaram recursos extras ao programa, devido os efeitos drásticos da pandemia. Assim, o PAA teve um acréscimo de 184,2 (cento e oitenta e quatro, virgula dois) milhões de reais, a partir da Medida Provisória nº 957/2020, mas nem tudo foi executado. Segundo informações do Ministério da Cidadania, até a metade de 2020, só tinham sido executados, 89 (oitenta e nove) milhões de reais, irrisoriamente. Disponível: www.noticias.uol.com.br.

De toda forma, mesmo com o crescimento ocorrido no programa em 2020, o volume de recursos destinados foi 148 (cento e quarenta e oito) milhões de reais menor do que era destinado em 2014, e em 2021 o número voltou a ter baixa de destinação, chegando a 58,9 (cinquenta e oito, virgula 9) milhões de reais.

Segundo dados da CONAB (2022), durante o período Bolsonaro, o número de unidades receptoras das doações de alimentos, por parte do programa, caiu de 17 mil, número alcançado em 2012, para 2.535, em 2020. Já o total famílias produtoras diminuiu de 128.804, em 2012, para 31.196, em 2020.

Em substituição ao PAA, criou-se o Programa Alimenta Brasil, a partir da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Cabe colocar que os recursos para o Programa Alimenta Brasil, são bem inferiores aos patamares do programa anterior, e o mesmo não traz indicações de garantia de recursos futuros para suas ações. (PERIN, et.al, 2021).

Em 2022, segundo dados da CONAB, o programa Alimenta Brasil, teve recursos do Ministério da Cidadania na ordem de R\$ 50 milhões de reais, para a execução do programa. (CONAB, 2022). A nota publicada pela CONAB ainda sinaliza que, desde total de recursos, (que são muito inferiores aos valores destinados ao programa anterior), parte dele refere-se a propostas de retransmissão de projetos do ano de 2021, ano de criação do programa, propostas que foram classificadas e não contratadas, sendo os recursos redirecionados para o ano seguinte. Ou seja, os recursos de 50 milhões, destinados ao Alimenta Brasil, foram fatiados para dois anos de execução.

Para o Agrônomo Sílvio Porto, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e ex-diretor da CONAB (2003-2011), não existiu razão para extinguir um programa, com 18 anos, como o PAA, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e tornado referência internacional, com implementação em diversos países da África e da América Central, a não ser a frenética tentativa de acabar com o Estado social, independente das consequências. Disponível em www.redebrasilatual.com.br.

Não há justificativa racional, a não ser a da própria irracionalidade política atrelada ao capital ultraliberal em capturar o Estado, para o processo de esvaziamento do PAA. A mudança no programa trouxe consequências destrutivas irreparáveis para a população brasileira.

No período Bolsonaro o PAA foi esvaziado e substituído, justamente em momento dos mais difíceis vividos no país, ou seja, durante uma pandemia do COVID-19, período onde 15% da população brasileira passava fome, que poderiam ser beneficiadas pelo Programa e dirimir o desastre da fome no país. Durante este período, foi publicado o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia de COVID-19, pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional/20022, onde demonstrou que o Brasil voltou para o mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Na época, a pesquisa apontou que 33.1 milhões de brasileiros não tinham garantido o que comer diariamente, e mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau, seja leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 (Rede PENSSAN, 2022).

A situação de insegurança alimentar atingiu patamares drásticos no Brasil durante o mandato de Bolsonaro. Segundo dados, publicados em julho de 2023, no relatório sobre insegurança alimentar elaborado pela ONU, FAO, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo da Nações Unidas para Infância (UNICEF), a insegurança alimentar explodiu no Brasil nos últimos anos. Fenômeno também percebido no

mundo inteiro, onde 735 milhões de pessoas passam fome no mundo. Disponível em: www.noticias.uol.com.br.

Sobre o Brasil, os dados revelam que a prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa no país, num período de quase dez anos (2014-2022), passamos de 37 milhões de pessoas, inclusas nestas situações, para a brutalidade de 70,3 milhões, tendo como destaque os registros entre anos de 2020 e 2022. Um em cada dez brasileiros, passou por situação de insegurança alimentar severa entre 2020 e 2022, mostra estudo. Para Rafael Zavala, representante da FAO no Brasil, os dados mostram uma tendência que será difícil de atingir a meta da ONU em acabar com a fome no mundo até 2030. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/inseguranca-alimentar-atinge-70-milhoes-de-brasileiros>.

A explicação razoável encontrada sobre a situação de destruição decorrida as ações políticas do período Bolsonaro, decorre do processo de atrelamento e subordinação aos interesses diversos setores do capital, tendo em evidência a relevância do Agro. Neste processo de alinhamento do Estado, como vimos nos dados, o Estado não foi mínimo, ele foi capturado e colocado em atendimento a base de sustentação da sua gestão. O que vimos foi uma aliança do Estado com o capital, sem precedentes. Tal combinação levou a situação de ruína a qual ficou o país, com desemprego, inflação, fome, desalento (sem amparo, sem proteção social, após reformas do trabalho e previdenciária), e para acentuar, sob as consequências da condução irresponsável de uma crise sanitária da pandemia de COVID-19. Todo este processo se relevou como consequências dos efeitos nefastos da econômica do ultraliberalismo do período Bolsonaro, fazendo do Estado um promotor de necropolíticas^v, cuja a racionalidade é a própria irracionalidade do processo de acumulação.

O desmantelamento da política agrária e a “paralisação” da Reforma Agrária no período Bolsonaro

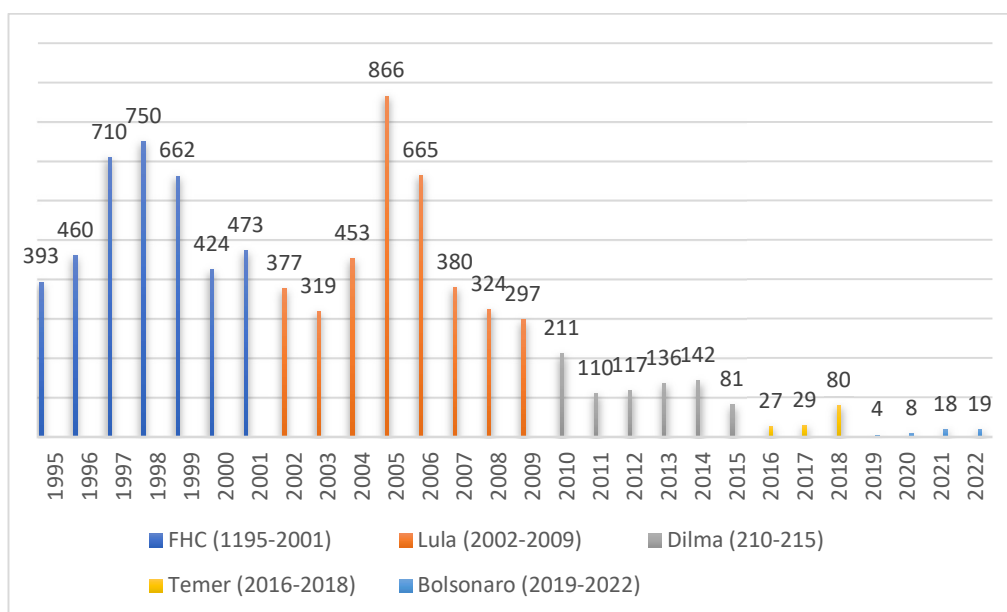
Já em início do período do mandato Bolsonaro o Memorando Nº 6/2019, paralisava as vistorias dos imóveis, a pretexto das restrições orçamentárias da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019, e com isso neutralizava a política regularização de terras da Reforma Agrária. De imediato, 250 mil pedidos de vistorias das terras foram suspensos e mais de 1.700 processos de processos de demarcação de quilombos, sem previsibilidade de retorno (INCRA, 2022). A justificativa para a paralisação foi aguardar a definição da nova estrutura do INCRA, que Bolsonaro transferiu da Casa Civil para o MAPA. Desta forma a política agrária no Brasil, nos últimos quatro anos, teve queda vertiginosa.

O Programa da Reforma Agrária teve redução de 99% entre 2019 a 2021, ficando em quase zero. Os cortes nas ações de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, concessão de crédito às famílias assentadas e aquisição de terras, ficaram acima de 90%. (www.poder360.com.br). Tomando como base os metadados disponibilizados pelos INCRA, a partir do ano de 1995, realizamos uma

análise comparativa, durante os governos desde então, verificando o curso histórico, os processos de fluxos e refluxo do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), até o período Bolsonaro.

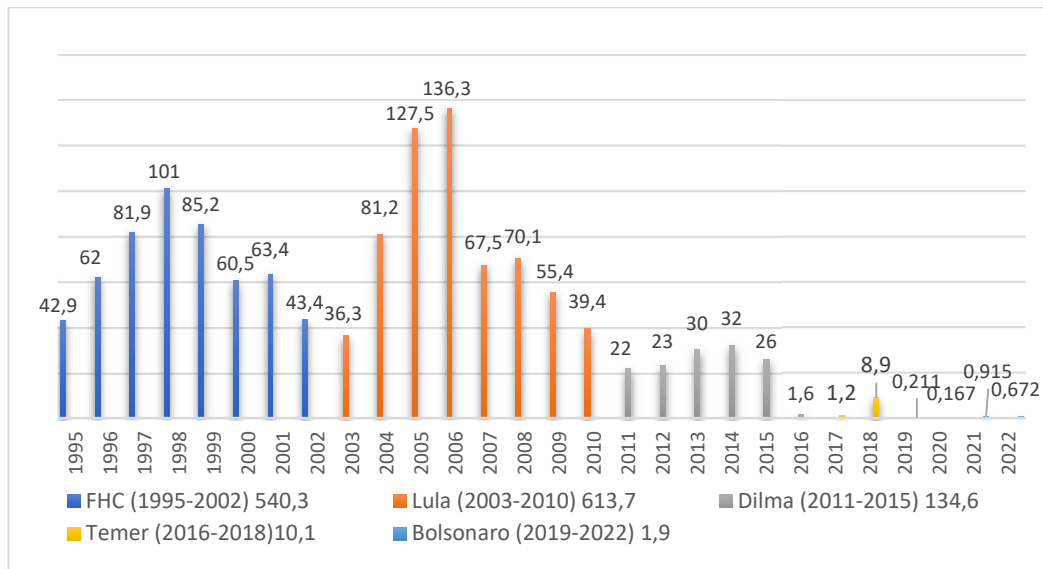
Observando o número de assentamentos criados no período Bolsonaro (2019-2022), que compreende 49 (quarenta e nove), verificamos que é o menor número de assentamentos rurais da Reforma Agrária, criados deste o período de análise, de 1995 a 2022, demonstrando o claro processo de refluxo e paralisação do PNRA. Ver Figura 3.

Figura 3. Número de Assentamentos criados no Brasil (1995-2022)



Fonte: INCRA, 2024. Adaptado: Rômulo Panta, 2024.

Tal situação revela a posição política do mandatário que, desde antes de assumir o cargo, sinalizava a clara intenção de liquidar o PNRA e os movimentos sociais. Este retrocesso rebate diretamente na população brasileira espoliada sem terras, que luta e precisa dela para viver, trabalhar e alimentar o restante da população. O número de famílias assentadas é, igualmente, o menor já verificado desde o período da redemocratização do país, bem como o período em análise. No período Bolsonaro somente 1,9 mil famílias foram assentadas, número muito distante do realizado pelos seus antecessores, o que confirma o hiato institucional do Governo Bolsonaro com PNRA (Figura 4).

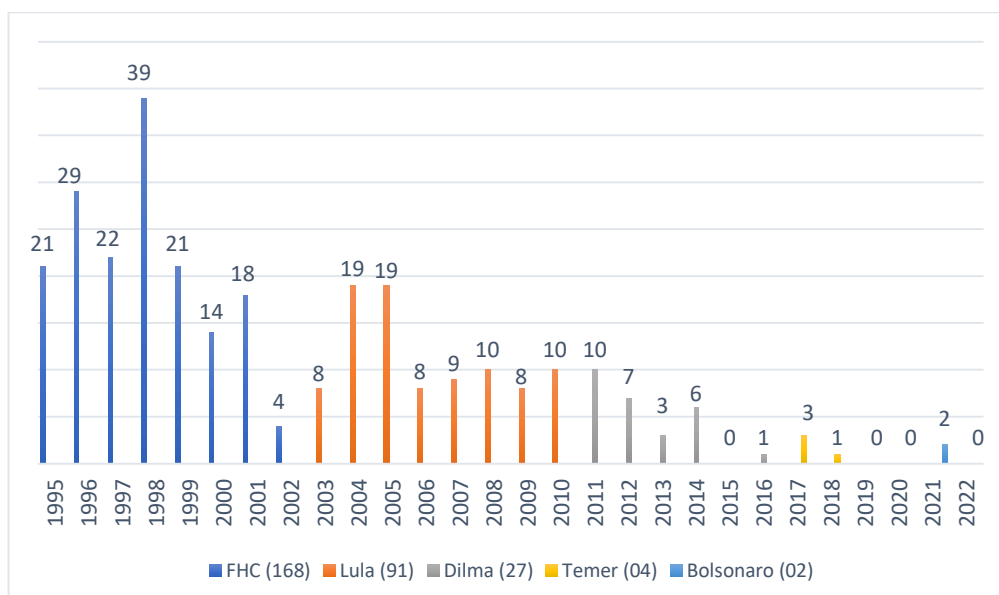
Figura 4. Número de famílias assentadas por ano de gestão (x1000)

Fonte: INCRA, 2024. Adaptado: Rômulo Panta, 2024.

Vale salientar que, segundo os dados do INCRA (2022), muitos dos casos das famílias assentadas nos últimos anos, não se deram por criação de novos assentamentos e instalação de novas famílias ao programa, mas, pelo processo de substituição por famílias que estavam aguardando assentamento em decorrência das famílias que desistiram do PNRA. A desistência das famílias também demonstra uma fissura que foi amplificada durante o período Bolsonaro. A média de desistência nacional foi de 29%, em 2022 (INCRA, 2022). Tal situação deriva-se das dificuldades de estruturais e de manutenção dos assentamentos, com ausência de assistência técnica, esvaziamento dos programas de crédito e comercialização e endividamento, o demonstra a situação de abandono do programa (COSMES, 2019).

Fazendo um recorte territorial para o Estado da Paraíba, como forma de analisarmos de uma forma mais direta o processo nacional e seu alcance local, verificamos a confirmação do esvaziamento e paralização do PNRA (Figura 5). Os dados referentes ao processo de territorialização fundiária da agricultura camponesa, também reflete o cenário nacional, cujo intuito foi de dismantlar e aniquilar a luta por terra e a pequena produção agrícola.

A Paraíba sempre teve forte histórico no que se refere a luta e a territorialização camponesa, a partir dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária. Entretanto, no período de quatro anos, (2019-2022), teve a criação de dois assentamentos, o Boa Vista II, no município de Sousa, situado na região do sertão do paraibano, com assentamento de 24 famílias, e incorporação de 1,1 mil hectares, e o Assentamento Tq. Grilo, no município de Riachão do Bacamarte, com incorporação de 138,9 hectares, que se encontra ainda em processo de instalação das famílias (INCRA, 2024).

Figura 5. Número de assentamentos criados na Paraíba (1995-2022)

Fonte: INCRA, 2024. Adaptado: Rômulo Panta, 2024.

Com base no recorte territorial supracitado, sinalizamos que este número foi o menor já registrado para a um mandato do executivo presidencial no que se cerne a execução da política de Agrária na Paraíba, o que demonstra, na prática, a asfixia do Programa de Reforma Agrária no Estado supracitado.

Nos últimos quatro anos foram marcados pelo menor investimento no PNRA. Em 2020, foi registrado de apenas 6 milhões para aquisição de terras para fins de Reforma Agrária, número sensivelmente inferior ao valor investido há 08 anos atrás que era de 930 milhões. Em 2021, a verba do INCRA para a aquisição de novas áreas caiu 94,6% no orçamento, passando para apenas 668,7 mil. (www.brasildefato.com.br).

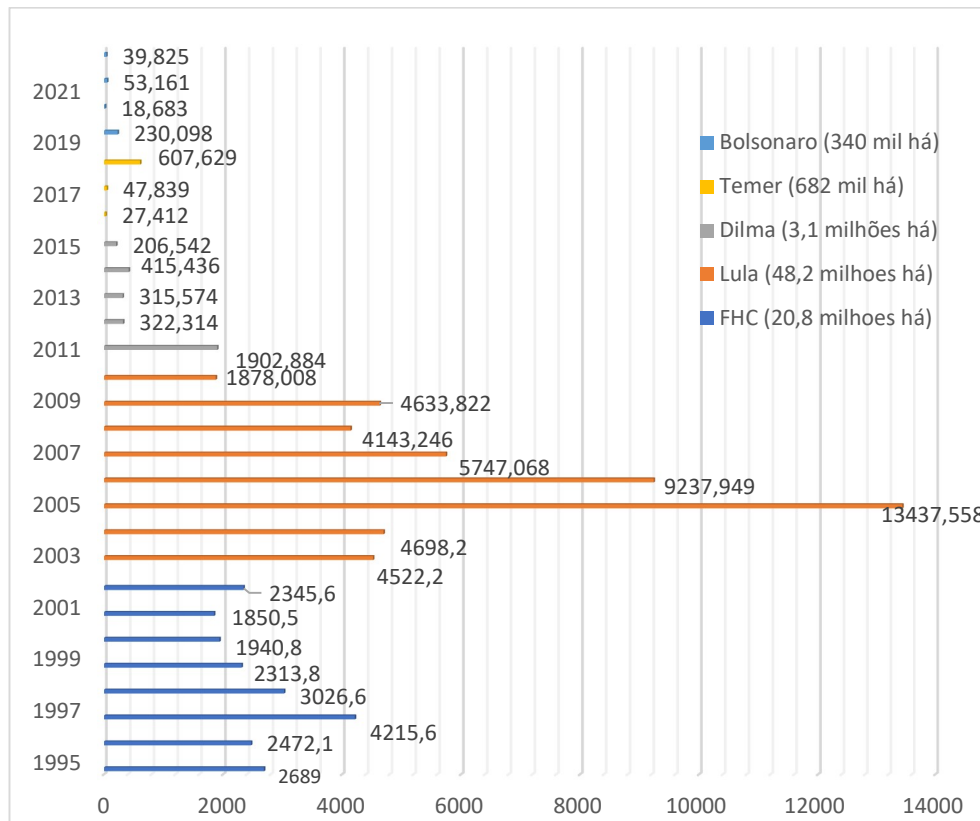
O esvaziamento em recursos destinados ao PRNA, rebateu diretamente nos números de áreas incorporadas ao programa, que é o menor já verificado, tendo como base os últimos 25 anos (Figura 6).

O período de 04 (quatro) anos do mandato de Bolsonaro foi caracterizado pelo menor investimento em incorporações de terras ao PNRA, (340 mil hectares), menos da metade que incorporou seu antecessor, Temer, (682 mil hectares), que mesmo com menos tempo de mandato, 02 (dois) anos e meio. Em paralelo ao processo de refluxo do PNRA, avançaram projetos que favorecem a grilagem a estrangeirização e a financeirização de terras.

O período Bolsonaro, foi marcado pelo processo de avanço da fronteira agrícola no país, principalmente em áreas do cerrado e da Amazônia. A afirmação consta no estudo “Legalizando o ilegal”, publicado pela Associação de Advogados de

Trabalhadores Rurais (AATR). O estudo aponta conexões entre grilagem de terras públicas, desmatamento e expropriação de territórios tradicionais a olhos vistos das instituições de Estado que fiscalizam e controlam a questão fundiária do país. (www.brasildefato.com.br).

Figura 6. Área incorporada ao PNRA nos últimos 25 anos (x 1000 hectares)



Fonte: INCRA, 2024. Adaptado: Rômulo Panta, 2024.

Os legisladores e a legislação, no período em análise (2019-2022), caminharam no sentido de ampliar o poder de grupos econômicos de setores do Agro, para regularizar as invasões, criando mecanismos que facilitem a transferência das terras públicas. Tal legislação teve início no período Temer, logo após concretização do golpe institucional, a Lei 13.465/17, fruto da Medida Provisória nº 759 de 22 de dezembro de 2016, implantada sem nenhuma consulta à sociedade, modificou cerca de 26 marcos fundamentais da legislação fundiária do país.

As mudanças na legislação foram defendidas, veementemente pelo setor do agrolatifundiário, pois além de inibir ações dos movimentos sociais e dos povos originários, permite o processo de legalização das terras invadidas pelo setor, muitas delas devolutas. A Lei 13.465/17, anistiou o crime de roubo de terras

públicas federais e promoveu uma massiva privatização das terras, autorizando a regularização imediata de cerca de 40 milhões de hectares de patrimônio público federal, através da legalização da propriedade sobre ocupações irregulares até 22.07.2008 com até 2.500 hectares na Amazônia Legal.

A partir dos dados do Censo agropecuário do IBGE, observou-se que de 2006 a 2018, os imóveis rurais do agronegócio, que haviam sido declarados como áreas de posse, ou seja, sem o documento de propriedade do território em 2006, foram declarados como propriedade em 2018 (IBGE, 2023). Neste intervalo, o estudo identificou um aumento de áreas acima de 10 mil hectares e a diminuição em 17% do número de estabelecimentos rurais. Ou seja, um número menor de proprietários acumulou mais terras (www.brasildefato.com.br).

No primeiro ano do mandato de Bolsonaro, este arranjo jurídico se amplificou. Bolsonaro assinou uma Medida Provisória número 910/2019, substituída pelo Projeto de Lei número 2.633/2020, que estabeleceu novos critérios para o processo de regularização fundiária em terras da União, entre outras medidas, diminuiu o prazo limite de ocupação de 2008 para 2014, para conseguir regularizar a posse das terras para setores do Agro, que deveriam a rigor legal, serem vertidas para o PNRA e para as comunidades originárias (BRASIL, 2023). A partir desse arranjo jurídico, o desmatamento, e, conseqüentemente, as queimadas em áreas de terras devolutas, se ampliaram consideravelmente, como a finalidade de invasão e posterior regularização fundiária.

Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente (IMAIZON), o desmatamento na Amazônia, por exemplo, bateu o quinto recorde anual seguido, em 2022 e atingiu a maior destruição dos últimos 15 anos, quando começou a série histórica da pesquisa. Com 10.573 quilômetros quadrados de área derrubada, a floresta perdeu em média quase 3 mil campos de futebol por dia no último ano. Em 2022 a derrubada cresceu 105% em relação ao ano anterior (<https://amazon.org.br>).

O desmatamento em escala significativa foi impulsionado pelo enfraquecimento da fiscalização e pela ineficiência premeditada do Estado, que esvaziou em recursos e desmontou a estrutura de importantes instituições de fiscalização e proteção ambiental como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Segundo relatório do Instituto Socioambiental (ISA) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 2014 a 2021, o corte nas verbas orçamentárias para as políticas ambientais, passando neste intervalo de tempo de R\$ 13,3 bilhões de reais para apenas, 3,7 bilhões. Além dos cortes, também houve a diminuição da execução deles. Em 2021, só executou apenas 41% do orçamento destinado a fiscalização do IBAMA. Já os cortes destinados à prevenção e controle de incêndios florestais, o executivo deixou de usar 30% dos recursos destinados (FREITAS, CARVALHO, ISA, 2022).

Entre 2019 e 2022, durante o mandato de Bolsonaro, a área derrubada atingiu 35.193 quilômetros quadrados. Na comparação com os quatro anos anteriores, o

aumento foi de quase 150%, destas, 80% das áreas desmatadas pertencem ao governo federal. Nesses territórios, a devastação cresceu 2% em relação a 2021. Apenas 11% do desflorestamento ocorreu em terras estaduais, mas foi nelas onde houve o maior salto devastação de um ano para o outro: 11%. (www.brasilefato.com.br).

Neste mesmo sentido, seguiram as mudanças propostas pelo marco legal fundiário, na verdade, cimentaram a chamada “segurança jurídica” para o Agro legalizar o processo histórico de grilagem das terras públicas e assim, liberar quase 1/3 de suas terras ao livre mercado, e amalgamar um modelo consumidor/destrutivo do agronegócio e da mineração, bem como, dispor das terras como um estoque de capital financeiro. (<https://grain.org/>).

No que se refere ao processo de estrangeirização das terras, o executivo assinou a Lei Nº 5.195/2020, que cria o Fundo de Investimento nas cadeias produtivas agroindustriais (FIAGRO), no intuito de captar recursos para o agronegócio no mercado financeiro. O objetivo do fundo é permitir que qualquer investidor, nacional ou estrangeiro, possa direcionar seus recursos ao setor agropecuário, diretamente para aquisição de imóveis rurais ou indiretamente para aplicação em ativos financeiros atrelados ao agronegócio. Na prática o FIAGRO viabiliza e incentiva a incorporação do capital estrangeiro com compra de terras brasileiras (www.exame.com).

Fundos de investimentos, a exemplo do fundo 051 Capital, adquiriu, em 2022, por R\$ 155 milhões de reais, uma propriedade no Matopiba^{vi}, com área total de 9 mil hectares, que dedica-se majoritariamente à lavoura de soja e milho. Segundo o site *comprerural.com*, o fundo da 051 Capital^{vii} vai gerar renda anual para os investidores, por meio da receita de arrendamento da propriedade, que, por sua vez, será remunerado pela venda da soja em *commodity*. A *commodity* funciona como um *hedge* cambial para o cotista do fundo, dado que o preço do grão está atrelado à variação do dólar. (www.comprerural.com).

Sobre a política agrária, executada no período Bolsonaro, esta se resumiu a titulações de Lotes. Bolsonaro afirmou que entregou 420 mil títulos de terras, por meio do Programa Titula Brasil, número contestado pelos movimentos sociais e INCRA. Segundo dados do INCRA (2023), o número de títulos entregues por Bolsonaro forma na ordem de 370 mil, e, em sua maioria não são títulos definitivos. Tratam-se dos chamados Contrato de Concessão de Uso (CCU), que são obrigatoriamente expedidos de 5 em 5 anos em uma atualização das famílias que já estão registradas como beneficiárias da Reforma Agrária em governos anteriores. (www.cartacapital.com.br/sociedade/quase-90-dos-titulos-de-terras-concedidos-por-bolsonaro-sao- apenas-provisorios).

Na Paraíba, por exemplo, foram entregues, desde 2019, 14.535 títulos de terras entre os assentamentos mais antigos, sendo a maior parte, sob a forma de CCU (INCRA, 2023). Estudos futuros serão necessários para compreendermos os reais desdobramentos da entrega dos títulos de terras definitivos os pequenos lotes de agricultura camponesa, bem como para compreender o desenrolar da saída dos

camponeses assentados, da condição de público da Reforma Agrária, diante das contradições de uma sociedade rentista e patrimonialista, como é a brasileira.

Em suma, o processo de ampliação da força política, econômica e territorial do da grande agricultura- o agronegócio, é compreendido como momento tensão, diante da incessante luta de classes que se materializa na terra, na luta por terra, e no território contraditório, que é fruto dessa luta. O período Bolsonaro se caracterizou como momento de, onde o capital avança se territorializa, controla a infraestrutura, em contrapartida, os pequenos, os camponeses, assentados, povos originários perdem força neste campo de disputa, mas resistem, pois, a história não é linear, ela é cíclica.

Apesar de você, a luta continua...

Paralelamente ao processo de desmonte da política agrária, durante o período Bolsonaro ocorre a amplificação das ações violentas do agro sobre os movimentos sociais de luta por terras e as reservas indígenas. De acordo com dados reunidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em agosto de 2019, primeiro ano de mandato de Bolsonaro, registrou 18 (dezoito) mortes em conflitos no campo. Entre os mortos, quatro eram líderes indígenas, sendo 03 (três) do Amazonas e uma do Amapá, 03 (três) trabalhadores rurais, 03 (três) assentados, (02) dois sem terras, duas (02) outras lideranças, 01(um) sindicalista, 01 (um) funcionário público, 01(um) proprietário e 01(um) ambientalista (CPT, 2019).

O número de conflito por terras no governo Bolsonaro supera o número de todos os seus antecessores, desde o período da redemocratização do país. Estes conflitos foram silenciados pela grande mídia, que é atrelada aos setores do Agronegócio, ao ponto de Bolsonaro anunciar, como um dos seus feitos, e graças a sua política de repressão e liberação de armas, o fim dos conflitos agrários, porque ele acabou com os conflitos por terra. Discurso rebatido pelo movimento. Disponível em : www.mst.org.br.

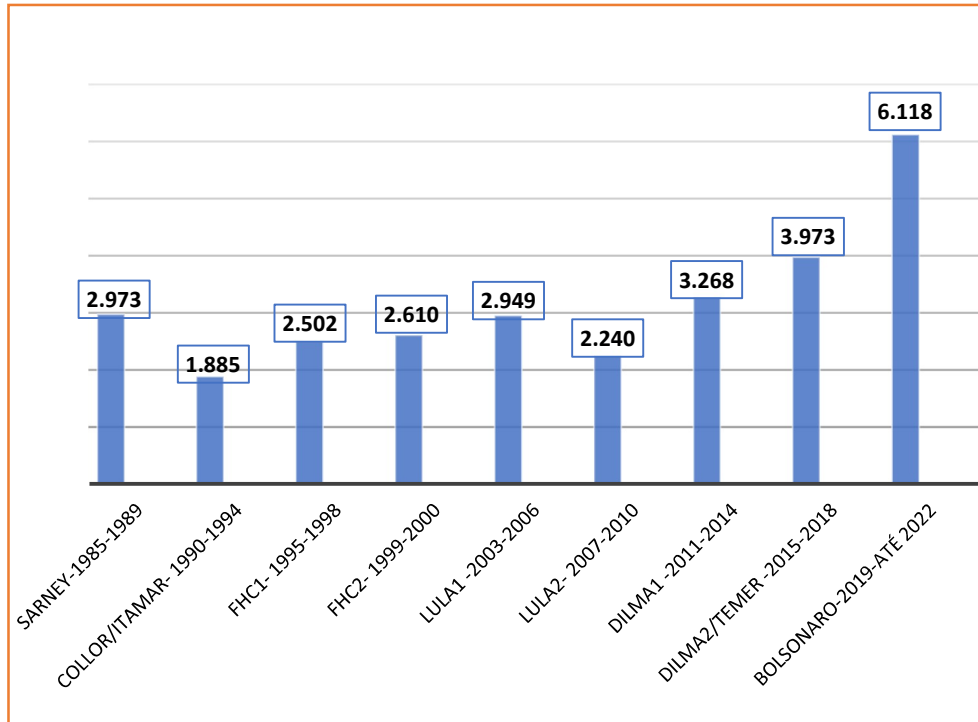
Segundo o relatório “Conflitos no Campo”, da CPT, em 2021 houve 1.769 (Mil setecentos e sessenta e nove) casos de conflitos por terra, por água ou trabalhista no Brasil. No ano anterior, em 2020, o número foi superior, sendo registrado 2.054 (Dois mil e cinquenta e quatro) conflitos no campo. Disponível em: www.noticias.oul.com.br.

Estes números de conflitos no campo por terras, nos três primeiros anos do governo, superam todos já ocorridos nos governos anteriores e desmente as falsas informações propaladas por Bolsonaro, por sua estrutura de desgoverno e pela mídia que abraçou a ideia de repressão dos movimentos e controle das ocupações de terras, em favorecimento ao agro-latifúndio (Figura 7).

Como verificado nos dados, o cenário alarmante foi abafado e posto a uma condição controle, dada as ações premeditadas pelo governo Bolsonaro. Ações por parte do governo foram arquitetadas junto ao Ministério da Justiça, como por exemplo, a criação do excludente de ilicitude e as operações com GLO específica

para o campo, que se constituem como mecanismos geradores da ampliação da violência.

Figura 7. Número de Conflitos por terras 1985-2021



Fonte: www.noticiasuol.com.br, 2022. Adaptado: Rômulo Panta, 2024.

Contudo, ao passo que as ampliações no número de conflitos no campo demonstram a violência empregada aos que lutam por terra e melhores condições de vida, demonstra também, a resistência dos movimentos sociais a disposição de luta da classe trabalhadora aos ditames de um governo subserviente aos interesses do agro-capital. O período Bolsonaro se caracterizou como um momento de refluxo que imprimiram no campo o retrocesso e a violência, mas a luta por terras e Reforma Agrária não parou.

Reconhecemos que a Reforma Agrária que temos não é a ansiada pelos que lutam e pelos que militam por ela. Ela não é soberana, não é ampla, nem possui vigor revolucionário, ela ainda é política de Estado. Um Estado capitalista que se fundamenta na propriedade privada como garantia de sua própria manutenção. Ele entra na seara da questão agrária nacional como agente mediador, porém, preservando os interesses de uma classe minoritária que representa o capital fundiário rentista.

Contudo, diante de todos processos e contradições que envolvem o programa de Reforma Agrária, temos que levar em consideração, que ela é resultado das tensões

do capital-trabalho no campo. Suas bases foram construídas na luta, numa luta travada pelos movimentos camponeses, pelas revoltas, pelas Ligas camponesas, pelas ocupações do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terras) e da CPT (TARGINO, 2002). Temos que analisar suas contradições e resultados, observar o que já foi conquistado, as várias dimensões e perspectivas vindas no processo de reforma do território e construção dos assentamentos, por isso que não parar a luta foi, e é, tão importante.

O impacto da criação de um assentamento marca a vida de um município, tanto do ponto de vista social como econômico (TARGINO, MOREIRA e MENEZES, 2007). Em primeiro lugar, a terra ganha uma função social. Em segundo lugar, um conjunto de famílias ganham instrumentos para a sua sobrevivência (MST, 2019).

O processo de luta que resulta nos assentamentos é acompanhado pelo desenvolvimento de uma mentalidade e uma atitude que compreende que a função social da terra é produzir alimentos e promover a justiça social. A produção e reprodução dos assentamentos, além de diretamente eliminar a fome, possibilita a permanência dos camponeses na terra. A criação dos assentamentos dinamiza o mercado interno, abastecendo o conjunto da população, gerando trabalho e renda, que é vertida, em grande parte, para o consumo, gerando condições melhores de vida e autonomia, mesmo que relativa. A incorporação de milhões de hectares de terra à produção tem como consequência o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas e queda dos preços relativos (GOMES DA SILVA & SALOMÃO, 1964).

Desta forma, se faz necessário a manutenção dos elementos como a consciência e resistência sobre a importância da Reforma Agrária, pois os ganhos sociais e econômicos alcançam um vasto contingente populacional no campo e nas cidades. Segundo dados do MST (2010, 2019), a agricultura camponesa realizada nos assentamentos rurais da Reforma Agrária produz, majoritariamente, comida, ou seja, é voltada para a manutenção da vida. Assim, o repartir da terra, a reprodução dos lotes pela divisão do trabalho e produção de comida para a sociedade, representa geração vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período Bolsonaro foi um dos mais difíceis vividos pelos movimentos sociais, pelos camponeses, pelos povos originários e para as pessoas que defendem uma sociedade mais igualitária e mais justa. Durante os 04 (quatro) anos do período Bolsonaro, o Estado foi colocado à disposição da grande agricultura, chancelando as contradições inerentes ao *modus operandi* dessa estrutura. A legislação foi alterada, a política de fiscalização ambiental foi desprezada, os recursos foram drenados, ou seja, o discurso de um Estado mínimo, foi uma falácia. O Estado foi projetado aos interesses da base política e econômica que manteve a governabilidade de Bolsonaro, que, entre eles, era constituído pelo agronegócio.

A predileção intencional pelo agro, em detrimento ao esvaziamento das políticas públicas para a pequena agricultura, ocorreu, por exemplo, com a queda de recursos dos planos safra, a finalização do PAA. A queda nos valores destinados ao PAA ocorreu logo no início do mandato Bolsonaro, onde o programa teve diminuição de 20,6 milhões de reais, saindo de 118,3 em 2018, para 97,76, em 2019. A finalização do PAA, um programa consolidado há mais de 15 anos, sem um substituo a contento, se deu em momento que a nação mais precisou de auxílio e comida, durante a pandemia, demonstrou a toada nociva do governo Bolsonaro. Paralelamente, o agronegócio teve um aumento na disposição de recursos durante o mandato Bolsonaro na ordem de 27%, perfazendo um acréscimo de 78,56 bilhões.

No que se refere ao Programa de Reforma Agrária, como política de Estado, esta esteve na mira do governo Bolsonaro desde o período de campanha. As ações violentas de suas falas sobre os movimentos sociais, sobre os assentados e sobre pelas que lutam por terra se materializaram em suas ações políticas. O período Bolsonaro se caracterizou pelo processo de asfixia de recursos e paralisação da Reforma Agrária no país. Logo no início do seu mandato, através do Memorando Nº 6/2019, Bolsonaro, suspendeu 250 mil pedidos de vistorias das e mais de 1.700 processos de processos de demarcação de quilombos, sem previsibilidade de retorno. Os recursos destinados a Reforma Agrária tiveram uma redução da ordem de mais de 90%, sinalizando assim a paralisação do PNRA em todo o país.

O governo Bolsonaro foi o que menos criou assentamentos rurais da Reforma Agrária, somente 49 (quarenta) no país inteiro e apenas 02 (dois). No Estado da Paraíba, durante o período analisado, dos últimos 25 (vinte e cinco) anos e 5 (cinco) mandatários do Governo Federal. Durante o período Bolsonaro só foram incorporados 340 mil hectares ao PNRA, foi o governo que menos investiu e incorporou terras improdutivas e devedoras ao Programa. O número incorporado durante o período Bolsonaro, foi menos da metade que incorporou seu antecessor, Temer, mesmo tento ele a metade de tempo de mandato de Bolsonaro.

Em contrapartida o governo Bolsonaro flexibilizou a Lei autorizava a regularização imediata de cerca de 40 milhões de hectares de patrimônio público federal, através da legalização da propriedade sobre ocupações irregulares até 22.07.2008, permitindo assim a territorialização do grande capital latifundiário e do agronegócio no campo. Com a Medida Provisória número 910/2019, que substituída pelo Projeto de Lei número 2.633/2020, o governo Bolsonaro estabeleceu novos critérios para a regularização fundiária em terras da União, entre outras medidas, diminuiu o prazo limite de ocupação de 2008 para 2014, para conseguir regularizar a posse das terras para setores do agro, que deveriam serem vertidas para o PNRA.

Contudo, apesar e todas as ações orientadas para a desmantelamento das políticas e programas sociais, entre eles a Reforma Agrária, os movimentos sociais e os homens e mulheres de luta, o campo e da cidade, resistiram. Mesmo com a manipulação da grande mídia, que é atrelada aos setores patronais, entre eles ao

agro, e dava vazão os discursos de Bolsonaro em que ele dizia que tinha acabado com os conflitos no campo, com as “invasões” de terras, a luta continuou.

Durante o período Bolsonaro, os conflitos no campo se ampliaram na ordem de 53,98%, o que demonstra, primeiramente a ação violenta de setores patrimonialistas do agro, mas também a capacidade de resiliência dos movimentos sociais, e demonstrando assim, as necessidades prementes de justiça social ao povo brasileiro e de Reforma Agrária. Assim, continuam as lutas travadas por uma forma de produzir diferente, por uma forma diferente no uso da terra e de produzir alimentos que mantem a vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. In: **Dossiê 2.Cad 34**. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

ANDES. Sindicato Nacional dos docentes das instituições de Ensino Superior, 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/>. Acesso 10 de outubro de 2022.

BRASIL, Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em : www.planalto.gov.br. Acesso em 10 de maio de 2024.

BRASIL, Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 10 de maio de 2023.

BRASIL, Projeto de Lei nº 2.633 de 14 de maio de 2020. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao>. Acesso em 07 de setembro de 2023.

BRASIL, Lei Nº 5.195, de 11 de novembro de 2020. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 10 de maio de 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL, Medida Provisória nº 759 de 22 de dezembro de 2016. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 01 de maio de 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 870 de 01º de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/>. Acesso em: 30 de Abril de 2023.

BRASIL, Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 01 de maio de 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 01 de maio de 2023.

BRASIL, Ministério da Cidadania. 2022. Disponível em: www.gov.br/mds. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luiza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. In: **Revista Katálysis**, nº 24- Maio- Agosto 2021.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento, 2023. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em 17 de abril de 2023.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano**. 2019. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

FREITAS, Camila Rizzini; CARVALHO, Rodrigo Abreu; ISA, Antonio Oviedo. **Instituto Socioambiental**. O financiamento da gestão ambiental no Brasil: uma avaliação a partir do orçamento público Federal, 2022.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2005.

GOMES SILVA, J; SALOMÃO, J. de P. **Reforma Agrária produção de alimentos. XVI reunião da SBPC**, Ribeirão Preto, 1964.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2022. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 20 de novembro de 2022.

MIRANDA, João Elter Borges. O ultraliberalismo enquanto categoria conceitual. In: **LavraPalavra**, Dezembro de 2020. Disponível em: [O ultraliberalismo enquanto categoria conceitual | LavraPalavra](https://www.lavrapalavra.org/ultraliberalismo-enquanto-categoria-conceitual).

PERIN, Gabriela, et. Al. A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma análise de sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. In: **IPEA**. Sumário Executivo, Brasília, DF, Setembro, 2021.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais no Brasil. In: **Raízes**, Campina Grande, vol 21, nº 01, p. 148-160, jan/jun. 2002.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. Projetos de assentamento e a relação campo-cidade na Zona da Mata Paraibana. **Economia e Desenvolvimento** (Recife), v. 6, p. 107-135, 2007.

www.brasildefato.com.br. Acesso em 10 de maio de 2023.

www.blogs.correiobraziliense.com.br. Acesso 20 de novembro de 2022.

www.cartacapital.com.br/sociedade/ministra-da-agricultura-transforma-o-brasil-no-paraiso-dos-agrotoxicos/. Acesso 01 de abril de 2023.

www.cartacapital.com.br/sociedade/quase-90-dos-titulos-de-terras-concedidos-por-bolsonaro-sao- apenas-provisorios. Acesso 10 de maio de 2024.

www.comprerural.com. Acesso 10 de julho de 2023.

www.ibge.gov.br . Acesso em 12 de junho de 2023.

www.exame.com. Acesso em 08 de julho de 2023.

<https://imazon.org.br> Acesso em 10 de junho de 2023.

www.poder.com.br . Acesso em 19 de abril de 2023.

www.folha.uol.com.br. Acesso em 09 de março de 2023.

www.noiticias.uol.com.br. Acesso em 10 de maio de 2023.

www.mst.org.br. Acesso 09 de março de 2023.

www.redebrasilatual.com.br. Acesso em 20 de março de 2023.

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/agrotoxicos-um-mercado-bilionario-e-cada-vez-mais-concentrado>. Acesso em 20 de junho de 2023.

<https://grain.org/>. Acesso em 30 de julho de 2023.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

<https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em 10 de março de 2023.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/inseguranca-alimentar-atinge-70-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em 12 de julho de 2023.

<https://www.youtube.com/watch?v=iESU2iDPAlk>. Acesso em 20 de março de 2023.

Contato com o autor: nataliads.ufpb@gmail.com

Recebido em: 02/09/2024

Aprovado em: 25/05/2025

ⁱ O ultraliberalismo enquanto categoria traz elementos mais precisos para conceituar a série de correntes que se formam ao longo do século XX. Segundo Virginia Fontes (2005), o ultraliberalismo se trata de transformações qualitativas em relação ao liberalismo, entretanto, não no sentido de constituição de uma nova razão do mundo, mas sim para perpetuar a velha ordem e razão burguesa, solidificando-a em patamares ainda mais regressivos de expropriação e exploração da classe trabalhadora. (FONTES, 2005, p. 92). O ultraliberalismo também amplia as ações que sufocam o Estado de bem-estar social. Acrescentando o entendimento sobre ultraliberalismo, Miranda (2020), compreende ele como um método de reflexão da totalidade das transformações capitalistas, que busca abarcar as transformações e características do que se dá no âmbito da estrutura e da superestrutura. O autor busca compreensão a partir Lênin, que fundamentou a categoria de imperialismo e capital monopolista, ou seja, subcategorias que apontam o processo progressivo do capital na formação social.

ⁱⁱ Termo utilizado por sua base política e ideológica para aplicar a força, sua vontade econômica e política na organização do Estado.

-
- iii Em um período de 150 dias, sob o comando da Ministra do MAPA, Tereza Cristina, os órgãos de controle liberaram 199 pesticidas para uso em lavouras, média superior a um produto por dia. O desgoverno Bolsonaro, liberou no ano de 2019, seu primeiro ano de mandato, 439 novos agrotóxicos, 34% deles eram proibidos pela União Europeia (UE), entre eles o acefato e odiafentiurion. Entre os anos de 2019 a 2022, foram liberados no Brasil 2.182 agrotóxicos, é um recorde para um governo. Em 2022, na ânsia de beneficiar as multinacionais dos agrotóxicos e capitanear apoio para o pleito eleitoral, o desgoverno liberal 622, é o maior número durante a série histórica, verificada desde o ano 2000. Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/ministra-da-agricultura-transforma-o-brasil-no-paraiso-dos-agrotoxicos/. No Brasil, 25 empresas detêm o registro de 102 produtos contendo este agrotóxico, dentre elas a Adama (empresa do mesmo grupo da Syngenta), a Bayer e a Nortox, maior fabricante brasileira de agrotóxicos, gerando um lucro incomensurável para as grandes multinacionais dos agrotóxicos. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br>.
- iv Os subsídios agrícolas se conformam, na prática, como um processo de protecionismo do Estado para com o capital privado, drenando recursos que podem se dá através de transferência de recursos do Tesouro Nacional, outra parte se cristaliza nos processos de renegociação de dívidas
- v O conceito de necropolítica introduzido no debate público por Achille Mbembe a partir de uma crítica ao conceito de biopolítica introduzido por Michel Foucault, tem sido frequentemente mobilizado para a reflexão acerca das formas de violência perpetradas pelo Estado, especialmente contra as populações mais pobres e as minorias raciais. Neste contexto, o poder soberano se manifesta fundamentalmente por mecanismos de produção sistemática da morte como a fome, a guerra, o homicídio e o suicídio, ou seja, como necropolítica (ALMEIDA, 2021).
- vi Região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a agricultura intensiva se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980.
- vii É uma gestora focada em gestão de patrimônio e fundos de alocação e produtos financeiros no setor agropecuário.